

Difícil é juntar os pedaços das propostas

Fernando Collor de Mello, do PRN — Seu programa é cheio de buracos negros. O combate à inflação inclui saneamento financeiro do Estado, política monetária rígida, renegociação da dívida externa e um acordo nacional a respeito de preços e salários. Prevê-se a extinção de ministérios e de entidades públicas, mas não é explicado o destino dos funcionários — indemissíveis, na maior parte. Na área da arrecadação, o “primeiro passo” deverá ser o combate à evasão e à sonegação, mas isso envolverá o “reaparelhamento da máquina fiscal”. Será o primeiro passo mais longo da história. Também se propõe a revisão de todos os incentivos e subsídios e a recuperação da carga tributária líquida pela universalização de impostos. “Se cada contribuinte pagar impostos, cada um poderá pagar menos: essa é a justiça fiscal e a universalidade.” Só há sonegadores? Não há privilegiados? Quem pagará mais para os sacrificados de hoje poderem pagar menos? Nenhuma palavra sobre isso. Quanto ao corte fiscal, deverá concentrar-se nos gastos de custeio. Que gastos, se o Tesouro hoje só controla o minúsculo item “outras despesas correntes e de capital”?

Quanto à dívida externa, promete-se a suspensão do aval do Tesouro. Estatais, Estados e municípios renegociarão separadamente. Isso é moratória ou nada significa (se os tomadores não pagarem, quem pagará?). E como impor a decisão aos governadores e prefeitos?

Guilherme Afif Domingos do PL — Promete eliminação imediata de todos os subsídios, isenções fiscais e incentivos concedidos e em seguida uma reavaliação do assunto com o Congresso. A ordem está invertida: a maior parte dos subsídios e incentivos pode ser eliminada somente com autorização do Congresso e não por decisão

do Executivo, como sabe até o presidente Sarney. O candidato anuncia também uma reforma tributária de caráter “progressivo”, com ênfase no imposto de renda, mas com redução das alíquotas e ampliação da base. Ou seja: os mais ricos pagarão menos e em troca haverá incorporação da economia informal (composta, como indica o IBGE, principalmente por atividades geradoras de pouquíssima renda. A idéia é tributar o vendedor de churrasquinho de gato?) Isto é exatamente o que se chama “regressivo” em matéria tributária.

Leonel Brizola do PDT — É um dos enigmas desta campanha. Tem a seu dispor um dos mais bem articulados programas de ajuste financeiro (elaborado pelo competente deputado e economista César Maia), mas prefere fazer de conta que não tem plano nenhum. Preferiu gastar boa parte de seu tempo, na primeira rodada do último debate, falando nas “perdas internacionais” do Brasil e nas causas — também internacio-

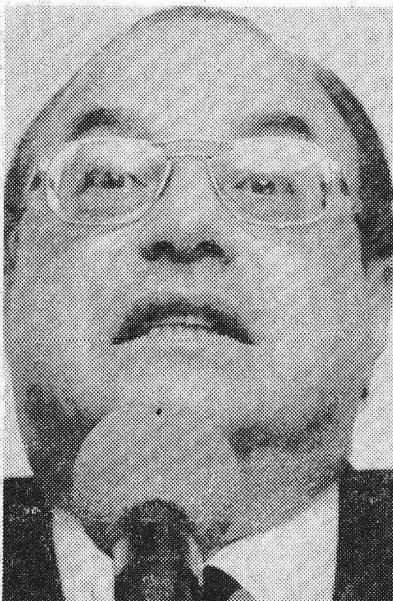
nais — da inflação brasileira. Tocou apenas de passagem na questão da reforma do Estado. Dúvida inevitável: César Maia terá conseguido enganar todo mundo e dar impressão de que o seu programa é um programa de partido?

Paulo Maluf, do PDS — se tem um programa, faz questão de mantê-lo em segredo. Promete suspender o pagamento da dívida externa e renegociá-la pelo “valor de mercado”, isto é, com os descontos correntes no mercado financeiro. Mas esses descontos obviamente existem para pequenos montantes e só existem porque se trata de créditos indesejáveis. Se alguém quiser uma fatia muito grande, os descontos diminuem ou deixam de existir. Também promete reduzir os juros pagos pelo Tesouro pela dívida interna, desviar os recursos da ciranda financeira para a produção, criar empregos e estabilizar os preços com o aumento da oferta de bens e serviços. Se estiver falando seriamente, deve imagi-

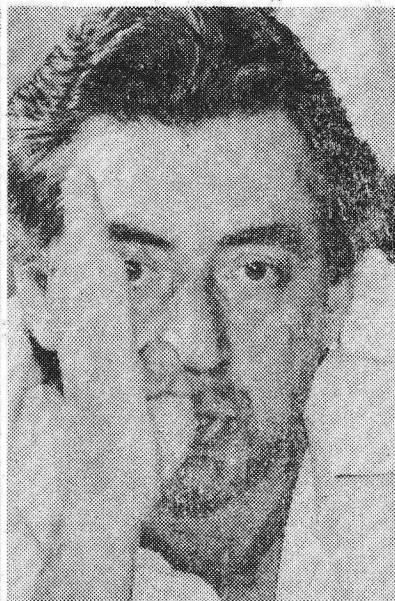
nar que o ministro da Fazenda paga juros altos aos credores internos por uma espécie de perversão. Também promete a criação do câmbio livre. Os especuladores ficarão gratos. Nem os monetaristas mais ferrenhos pensam em câmbio livre antes de um robusto ajuste econômico.

Luiz Inácio Lula da Silva, do PT — Promete moralizar a administração, rever subsídios e incentivos, apresentar uma reforma tributária ao Congresso e aumentar os impostos dos mais ricos. Para livrar o Tesouro do sufoco, propõe um alongamento dos prazos, com troca dos títulos atuais por outros de maturação mais longa. Isso tem sentido, politicamente, no bojo de uma política de ajuste, mas o candidato não conseguiu convencer seus assessores a usar a mesma linguagem. O partido também não tem posição firmada sobre o que privatizar. Uma parte quer vender só as empresas compradas pelo governo quando estavam semifalidas. Outra ala defende a privatização também de indústrias sem importância estratégica (as siderúrgicas, segundo alguns petistas, estariam nessa categoria). Há acordo quanto a dois pontos: suspender o pagamento da dívida externa e propor a formação de uma frente de devedores. Se essa for a ameaça mais séria, os banqueiros internacionais podem até apoiar a vitória do PT.

Mário Covas, do PSDB — No último debate, articulou com clareza 10 pontos de uma política de ajuste, mas não conseguiu vencer uma tentação: a negociação da dívida externa. Segundo prometeu, terá como base o valor de mercado dos títulos brasileiros. Em toda a sua campanha ele não explicou por que os credores aceitarão essa exigência nem como os negociadores brasileiros conseguirão impor-lhes a sua pretensão.



Mônica Maia/AE-9/8/89



Sergio Amaral/AE-11/8/89

Maluf e Afif: descontos impossíveis e fim de subsídios